



Ricardo Stuckert/Agência Brasil

REORGANIZAÇÃO DE RELAÇÕES EXECUTIVO - LEGISLATIVO

A semana foi marcada por movimentos simultâneos que evidenciaram a reorganização das relações entre Executivo e Legislativo. A indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal avançou de forma irregular e gerou pressões adicionais sobre a articulação política do governo. No campo fiscal, a sanção da ampliação da isenção do Imposto de Renda buscou reforçar a presença institucional do Planalto e mostrar capacidade de entrega em meio ao debate orçamentário. Paralelamente, o Congresso concluiu a apreciação dos vetos ao licenciamento ambiental logo após a COP30, retomando uma pauta que havia sido interrompida pela edição da MP 1.308/2025 e consolidando sua posição na definição de marcos regulatórios estratégicos.

INDICAÇÃO DE JORGE MESSIAS

A indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal foi anunciada publicamente, mas a mensagem oficial ainda não chegou ao Senado, abrindo um flanco de desgaste para o governo. A decisão de Davi Alcolumbre de marcar a sabatina para 10 de dezembro, mesmo sem o envio formal da indicação, ampliou a leitura de que o Legislativo busca impor ritmo próprio ao processo.

A pressão cresce porque o episódio ocorre enquanto o governo enfrenta tensões paralelas na Câmara. Hugo Motta, que já vinha elevando o tom contra o Planalto em votações sensíveis, reforça o ambiente de resistência que limita a margem de manobra do Executivo. Embora não haja oposição direta de Motta ao nome de Messias, o acúmulo de atritos amplia a percepção de que a cúpula do Congresso opera de maneira coordenada para testar os limites do governo.



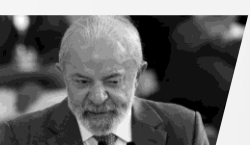
“Temos um período curto. Foi uma construção dentro da viabilidade da comissão. Estabelecemos a data, e é importante avisar com antecedência os colegas senadores, pois é a votação de uma autoridade relevante, que precisa da presença dos senadores, com sua digital e seu voto nominal e secreto, na comissão e no Plenário”

Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Nesse cenário, o Planalto passa a considerar uma alternativa que até dias atrás parecia improvável: não formalizar a indicação ainda este ano, avaliando que o ambiente político atual não garante viabilidade. Com a sabatina marcada antes do envio oficial, o governo enxerga riscos de desgaste adicional caso avance em um processo que pode resultar em derrota, atraso ou barganha excessiva. O adiamento, porém, também tem custos, já que amplia a percepção de perda de coordenação política.

SANÇÃO DA ISENÇÃO DO IR

A sanção da ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil foi marcada por uma cerimônia cuidadosamente construída pelo Planalto para demonstrar compromisso social e sentido político da medida. Diante de ministros, líderes partidários e representantes de categorias, o presidente Lula reforçou o esforço do Executivo em marcar presença na arena pública e projetar organização.



“A economia não cresce por conta do tamanho da conta bancária de ninguém, a economia cresce por conta do consumo que a sociedade pode ter a partir dos alimentos”

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República do Brasil

A reação no Congresso combinou apoio ao mérito da proposta e cautela quanto aos impactos fiscais. Parlamentares lembraram que a atualização da tabela era uma promessa antiga e que a medida produz efeitos positivos imediatos para milhões de contribuintes. Ao mesmo tempo, setores mais alinhados ao equilíbrio fiscal destacaram que a mudança pressiona a busca por receitas alternativas no Orçamento de 2026, o que deve ampliar as negociações entre Ministério da Fazenda e líderes da Câmara e do Senado.

Com a cerimônia, o governo buscou transformar a sanção em uma demonstração de capacidade política, ainda que o desafio agora seja consolidar a narrativa de responsabilidade fiscal sem perder amplitude social. A medida inaugura um período de ajustes técnicos, projeções de impacto e novas rodadas de negociação com o Congresso, especialmente na reta final da discussão orçamentária.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Congresso Nacional concluiu nesta quinta-feira a votação dos vetos presidenciais ao projeto de lei do licenciamento ambiental, em sessão realizada logo após o encerramento da COP30. Os parlamentares decidiram derrubar todos os dispositivos que ainda estavam pendentes de apreciação, restabelecendo integralmente o texto aprovado anteriormente pelo Legislativo. A deliberação encerrou uma tramitação que havia sido parcialmente interrompida em outubro, quando a Medida Provisória 1.308/2025 suspendeu a análise de parte dos vetos ao instituir um regime emergencial de licenciamento ambiental especial.

A MP 1.308/2025, editada pelo Executivo para criar procedimentos diferenciados de licenciamento para empreendimentos classificados como estratégicos, alterou o ambiente legislativo ao introduzir regras provisórias que exigiram reavaliação do calendário de votações. Com a interrupção temporária da pauta, lideranças da Câmara e do Senado reorganizaram o cronograma para compatibilizar a vigência da medida provisória, as discussões acumuladas e a necessidade de concluir a apreciação dos vetos ainda neste ano.

Para o Executivo, o resultado da votação exige ajustes institucionais na implementação da política ambiental. A convivência entre a legislação restabelecida pelo Congresso e as disposições provisórias da MP 1.308/2025 demandará revisão dos instrumentos de regulamentação e definição de parâmetros operacionais. O governo também precisará alinhar expectativas com o Legislativo para garantir previsibilidade na execução das novas regras no início do próximo ciclo legislativo.

SÍNTESE DA SEMANA

A indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal expôs a assimetria de ritmos entre os Poderes, com o Senado marcando a sabatina antes do envio formal da mensagem e a Câmara operando em ambiente de resistência ampliada, o que levou o Planalto a considerar adiar a formalização do nome. No campo fiscal, a sanção da ampliação da isenção do Imposto de Renda buscou afirmar uma agenda de organização institucional e entrega social, mas abriu espaço para novas negociações sobre receitas e equilíbrio orçamentário. Já no licenciamento ambiental, o Congresso concluiu a derrubada de todos os vetos após a COP30, retomando um processo interrompido pela edição da MP 1.308/2025 e reforçando o protagonismo parlamentar na definição do marco regulatório.